Decreto nº 4.123, de 19 de dezembro de 2013.

Institui as normas para arrecadação de tributos municipais pela Rede Bancária, e dá outras providências.

Dr. Fulvio Zuppani, Prefeito Municipal de Taquaritinga, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e com base no art. 77, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Taquaritinga, e,

Decreta:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as seguintes normas para o funcionamento do sistema de arrecadação das receitas municipais pela rede bancária, inclusive via Internet, caixas eletrônicos e casas lotéricas, de acordo com o convênio para prestação de serviços de arrecadação, por meio de ficha de compensação, assinado entre a Prefeitura Municipal de Taquaritinga e o Banco, obedecidas as normas da FEBRABAN.

Parágrafo único. Os tributos municipais de que trata este Decreto, são os previstos no art. 27 e seguintes da Lei Complementar nº 3.345, de 18 de dezembro de 2003, que consolida o Sistema Tributário do Município de Taquaritinga, a saber:

- I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
- II - Imposto sobre Transmissão "Intervivos", a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição - ITBI;
- III - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQM;
- IV - Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas;
- V - Contribuição de Custeio da Iluminação Pública - CIP;
- VI - Contribuição para o custeio do Sistema de Previdência Social dos Servidores Municipais.
- VII - Taxas especificadas, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município, a saber:
 - a) Coleta de Lixo domiciliar;
 - b) Taxa de Fiscalização, Localização, Instalação e Funcionamento;
 - c) Taxa de Fiscalização de Anúncios;
 - d) Taxa de Combate aos Sinistros;
 - e) Taxa de Licença e Fiscalização de Obras, Arruamento e Loteamento.
- VIII - Outras receitas municipais: Multas de Trânsito; Taxa de Expediente e Emolumentos, Taxas de Serviços de Serviços de Cemitério, Taxa de Apreensão e Depósito e outros preços públicos.

Art. 2º. Os Tributos e Taxas Municipais com prazo de vencimento esgotado, poderão ser recebidos pela Rede Bancária autorizada, após a inclusão da respectiva multa e juros, nos termos da Lei Complementar nº 3.345, de 18 de dezembro de 2003.

cont. do Decreto nº 4.123/2013.

fls. 2

Art. 3º. Quando se tratar de Dívida Ativa, ou seja, tributos vencidos em exercícios anteriores, a mesma só poderá ser recebida pela rede bancária após a emissão do carnê ou boleto específico, depois de atualizado junto a Dívida Ativa.

Art. 4º. Todos os documentos relativos ao recebimento de tributos e taxas, deverão ser, obrigatoriamente, autenticados, Banco arrecadador, Internet e/ou casas lotéricas.

Art. 5º. O Banco deverá repassar o produto da arrecadação à Secretaria Municipal da Fazenda em conta específica da Prefeitura Municipal de Taquaritinga, até as 16h do 2º dia útil imediatamente posterior ao do recebimento, por meio magnético, acompanhado do aviso de crédito e respectivos comprovantes de recebimento.

Art. 6º. Somente poderá integrar o sistema de arrecadação das receitas municipais, o banco devidamente credenciado pela Secretaria Municipal da Fazenda e situado no domicílio fiscal do contribuinte, que expressamente manifeste essa intenção.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 19 de dezembro de 2013.

Dr. Fulvio Zuppani
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Departamento de Secretaria e Expediente, na data supra.

Agnaldo Aparecido Rodrigues Garcia
Diretor do Departamento